

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO DIVINO

Administração 2009-2012

Lei Nº 781/2010 de 28 de abril de 2010

Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária do Município de São José do Divino para o exercício de 2011 e dá outras providências.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO DIVINO**, Estado de Minas Gerais, decreta e eu Prefeito Municipal usando das atribuições conferidas, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal, e nos termos da Lei Orgânica do Município, são estabelecidas as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município para o exercício de 2011, compreendendo:

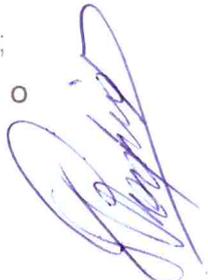
- I. As Metas Fiscais;
- II. As prioridades e metas da administração pública municipal;
- III. A estrutura e organização dos orçamentos;
- IV. As diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V. As disposições relativas à dívida pública municipal;
- VI. As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VII. As disposições sobre alterações na legislação tributária do Município para o exercício correspondente;
- VIII. As disposições finais.

CAPÍTULO I DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º e 63, inciso III da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2011, estão identificados nos Anexos I a V, Demonstrativos I a V, VII a VIII e Anexo de Riscos Fiscais desta Lei, em conformidade com a Portaria Conjunta STN/SOF n.º 462, de 05/08/2009, da Secretaria do Tesouro Nacional.

CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 3º - O estabelecimento das prioridades da Administração Municipal para o exercício de 2011 obedecerá ao disposto na Lei nº 771 de 22/12/2009 - Plano Plurianual de Investimentos para o período de 2010/2013, conforme disposto no Anexo I, não se constituindo todavia, em limite à programação das despesas.



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO DIVINO

Administração 2009-2012

ANEXO I – PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO DE 2011

AÇÃO	DESCRIÇÃO	VLR ORÇAMENTO	VLR P.P.A
Programa: 0001 - GESTÃO LEGISLATIVA			
1001	MANUTENÇÃO , REFORMA, AMPLIAÇÃO DO PREDI	0,00	11.000,00
1002	AQUISIÇÃO DE VEICULOS	0,00	28.600,00
1003	AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS	0,00	5.500,00
TOTAL.....:		0,00	45.100,00
Programa: 0002 - INVESTIMENTOS PARA AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS			
1004	MOVEIS EQUIPAMENTO PROCURADORIA JURIDICA	0,00	3.000,00
1005	MOVEIS EQUIPAMENTOS GABINETE PREFEITO	0,00	3.000,00
1006	AQUISIÇÃO VEICULO GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00
1007	AQUISIÇÃO MOVEIS EQUIPAMENTOS DIVERSOS	0,00	8.000,00
1008	ADQUIRE VEICULO MOVEIS EQUIPAMENTO	0,00	8.000,00
1009	AQUISIÇÃO DE VEICULO PARA ADMINISTRAÇÃO	0,00	20.000,00
1010	AQUISIÇÃO VEICULO SECRETARIA SAUDE	0,00	30.000,00
1011	CONSTRUÇÃO REFORMA AMPLIA SECRETAR SAUDE	0,00	25.000,00
1012	AQUISIÇÃO MOVEIS EQUIPAMENTOS SECR SAUDE	0,00	10.000,00
1013	AQUISIÇÃO VEICULO PARA INFRA ESTUTURA	0,00	0,00
1014	AQUIS. MOVEIS EQUIPAMENTOS INFRA ESTUT	0,00	2.000,00
1015	AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS	0,00	2.500,00
1016	AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS	0,00	5.000,00
1017	AQUISIÇÃO VEICULO SECRET. ASSISTENCIA	0,00	0,00
1018	CONSTRUÇÃO REFORMA AMPLIA SECRET. ASSIST	0,00	12.000,00
1019	AQUISIÇÃO DE IMOVEL PARA SAÚDE	0,00	3.000,00
1020	AQUISIÇÃO DE IMOVEL INTERESSE MUNICIPIO	0,00	22.000,00
1021	AQUISIÇÃO DE IMOVEL PARA EDUCAÇÃO	0,00	4.000,00
1022	CONSTRUÇÃO REFORMA AMPLIAÇÃ SECRET EDUCA	0,00	18.000,00
1023	AQUISIÇÃO MOVEIS EQUIPAM. SECRET EDUCA	0,00	18.000,00
1024	AQUISIÇÃO MOVEIS E EQUIPAMENTOS	0,00	2.500,00
1074	ADQUIRE VEICULO GABINETE VICE PREFETTO	0,00	10.000,00
1075	ADQUIRE MOVEIS EQUIPAMENT GABINETE VICE	0,00	2.000,00
1076	REFORMA E AMPLIAÇÃO PREDIO DA PREFEITURA	0,00	10.000,00
TOTAL.....:		0,00	218.000,00
Programa: 0003 - INVESTIMENTOS PARA AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DA SAÚDE BÁSICA			
1025	ADQUIRE VEICULOS MOVEIS EQUIPAMENTOS PSF	0,00	30.000,00
1027	CONSTROI REFORMA AMPLIA UNIDADE SAUDE	0,00	120.000,00
1028	AQUISIÇÃO MOVEIS EQUIPAM. UNIDADE SAÚDE	0,00	30.000,00
1029	CONST REF AMPLIA CENTRO FIS FONO PSI LAB	0,00	50.000,00
1030	MOVEIS EQUIPA CENT FISIO FONO PSICO LABO	0,00	35.000,00
1031	AQUISIÇÃO VEICULO AMBULANCIA UTI MOVEL	0,00	0,00
1036	CONSTROI REFORMA AMPLIA UNIDADE MISTA	0,00	43.900,00
1037	AQUISIÇÃO MOVEIS EQUIPAM. UNIDADE MISTA	0,00	30.000,00
1085	REFORMA E AMPLIAÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA	0,00	5.000,00
TOTAL.....:		0,00	343.900,00
Programa: 0004 - GESTÃO DAS VIGILÂNCIAS MUNICIPAIS DE SAUDE			



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO DIVINO

Administração 2009-2012

AÇÃO	DESCRIÇÃO	VLR ORÇAMENTO	VLR P.P.A
1032	CONSTROI REFORMA AMPLIA CENTRO EPIDEMIO	0,00	30.000,00
1033	ADQUIRE VEICULO MOVEIS EQUIP VIG. SANIT.	0,00	1.500,00
1035	ADQUIRE VEICULO MÓVEIS EQUIPA EPIDEMIO	0,00	26.000,00
TOTAL.....:		0,00	57.500,00
Programa: 0005 - INVESTIMENTOS MELHORIA DA INFRA ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS			
1038	VEICULO MAQUINAS INFRA ESTRUTURA LIMPEZA	0,00	40.000,00
1039	AMPLIA DA ELETRIFICAÇÃO URBANA	0,00	5.000,00
1040	CONSTROI REFORMA AMPLIA USINA RECICLAGEM	0,00	10.000,00
1041	CONSTROI REFORMA AMPLIA PRAÇAS E JARDINS	0,00	25.000,00
1042	CONSTROI REFORMA AMPLIA REDE DE ESGOTO	0,00	15.000,00
1043	CONSTROI REFORMA AMPLIA REDE DE AGUA	0,00	5.000,00
1044	CONSTROI REFORMA AMPLIA ATERRO SANITARIO	0,00	3.000,00
1045	CONST REFORMA AMPLIA UNIDADES SANITARIAS	0,00	25.000,00
1046	AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS DE TV	0,00	1.500,00
1047	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	0,00	120.000,00
1048	CONSTROI REFORMA AMPLIA PREDIOS PUBLICOS	0,00	1.000,00
1077	CONSTRUÇÃO PORTAL ENTRADA SAIDA CIDADE	0,00	5.000,00
1086	REFORMA E AMPLIAÇÃO DO ALMOXARIFADO	0,00	10.000,00
TOTAL.....:		0,00	265.500,00
Programa: 0006 - AÇÕES PARA MELHORIA HABITAÇÃO POPULAR			
1049	REFORMA CONSTRUÇÃO HABITAÇÕES POPULARES	0,00	10.000,00
TOTAL.....:		0,00	10.000,00
Programa: 0007 - INVESTIMENTOS PARA MELHORIA DAS ESTRADAS VICINAIS			
1050	CONSTRUÇÃO RECUPERAÇÃO ESTRADAS VICINAIS	0,00	30.000,00
1051	ADQUIRE MAQUINAS EQUIP ESTRADAS VICINAIS	0,00	50.000,00
1052	CONSTR. RECUPERA PONTE ATERRO MATA BURRO	0,00	30.000,00
1087	PAVIMENTAÇÃO TRECHOS ESTRADAS VICINAIS	0,00	10.000,00
TOTAL.....:		0,00	120.000,00
Programa: 0008 - MELHORIA QUALIDADE PRODUÇÃO AGRICOLA E ABASTECIMENTO			
1053	CONSTROI REFORMA AMPLIA MATADOURO MUNIC.	0,00	10.000,00
1054	CONSTROI REFORMA AMPLIA MERCADO MUNICIP	0,00	10.000,00
1055	ADQUIRE MAQUINAS VEICULOS IMPLEMENTOS	0,00	15.000,00
1056	PERFURAÇÃO POÇOS CANALIZA RIOS RURAIS	0,00	3.000,00
TOTAL.....:		0,00	38.000,00
Programa: 0009 - GESTÃO DAS AÇÕES DE CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL			
1057	MOVEIS E EQUIPAMENTOS IGD	0,00	2.500,00
1058	CONSTRUÇÃO REFORMA AMPLIA CRAS	0,00	50.000,00
1059	AQUISIÇÃO MOVEIS E EQUIPAMENTOS CRAS	0,00	3.000,00
1060	AQUISIÇÃO MOVEIS EQUIPAMENTOS PETI	0,00	2.000,00
1061	AQUISIÇÃO MOVEIS EQUIPAMENTOS PRO JOVEM	0,00	5.000,00
1062	ADQUIRE MOVEIS EQUIPAM ALBERGUE/ABRIGO	0,00	5.000,00
1063	CONSTROI REFORMA AMPLIA ALBERGUE/ABRIGO	0,00	15.000,00



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO DIVINO

Administração 2009-2012

AÇÃO	DESCRIÇÃO	VLR ORÇAMENTO	VLR P.P.A
TOTAL.....:		0,00	82.500,00
Programa: 0010 - GESTÃO DAS POLITICAS DA EDUCAÇÃO BASICA			
1064	ADQUIRE MOVEIS EQUIPAMENTOS ENSINO FUNDA	0,00	35.000,00
1065	CONST REFORMA AMPLIA ESCOLA ENSINO FUNDA	0,00	30.000,00
1066	ADQUIRE MOVEIS EQUIPAM. LABORATO INFORMA	0,00	8.000,00
1067	ADQUIRE MOVEIS EQUIPAM. ENSINO INFANTIL	0,00	6.000,00
1068	CONSTROI REFORMA AMPLIA ESCOLA INFANTIL	0,00	100.000,00
1069	ADQUIRE VEICULO PARA TRANSPORTE ESCOLAR	0,00	50.000,00
TOTAL.....:		0,00	229.000,00
Programa: 0011 - AÇÕES PARA O RESGATE E DIFUSÃO CULTURAL			
1071	RECUPERA REFORMA PATRIMONIO HISTORICO	0,00	4.000,00
1072	MOVEIS E EQUIPAMENTOS BIBLIOTECA	0,00	3.500,00
1073	CONTROI REFORMA AMPLIA BIBLIOTECA	0,00	10.000,00
1078	CONST AMPLIA CENTRO PRAÇA EVENTO CULTUR	0,00	30.000,00
TOTAL.....:		0,00	47.500,00
Programa: 0012 - INVESTIMENTOS PARA PRATICA DESPORTIVA			
1070	CONSTROI REFORMA AMPLIA QUADRA POLIESPOR	0,00	30.000,00
1079	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ALPINISMO	0,00	3.000,00
1081	AQUISIÇÃO DE VEICULO PARA SECRETARIA	0,00	10.000,00
1082	AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	0,00	5.000,00
1083	REFORMA AMPLIAÇÃO CAMPOS FUTEBOL VÁRZEA	0,00	35.000,00
1084	REFORMA AMPLIA ESTÁDIO SEBASTIÃO CANGUSU	0,00	5.000,00
TOTAL.....:		0,00	88.000,00
Programa: 0015 - INVESTIMENTOS PARA AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE TELEFONIA			
1080	CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO POSTO TELEFONICO	0,00	3.500,00
TOTAL.....:		0,00	3.500,00
TOTAL GERAL:		0,00	1.548.500,00

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º - Para efeito desta lei entende-se por:

- I. Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;
- II. Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

Administração 2009-2012

- III. Projeto, um instrumento de programação para alcançar objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para expansão ou aperfeiçoamento de ação de governo; e
- IV. Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de Atividades, Projetos e Operações Especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as Unidades Orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e Operação Especial identificarão a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra as portarias SOF/STN 42/1999, e 163/2001 e alterações posteriores.

§ 3º - As categorias de programação de que trata esta lei serão identificados no Projeto de Lei Orçamentária por Programas, Atividades, Projetos ou Operações Especiais.

Art. 5º - Os Orçamentos fiscal e seguridade social compreenderão a programação dos órgãos do Município.

Art. 6º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido no artigo 22, seus incisos e parágrafo único, da Lei 4.320/64, de 17 de março de 1.964, e será composto de:



- I. Texto da Lei;
- II. Consolidação dos quadros orçamentários;
- III. Anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social (RGPS), discriminando a receita e despesa na forma definida nesta Lei;
- IV. Discriminação da legislação da receita, referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

§ 1º - Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, incisos III, IV, e parágrafo único da Lei nº 4.320/64, os seguintes demonstrativos:

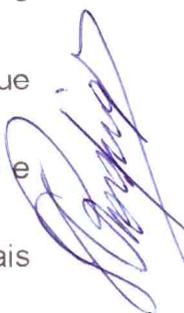
- I. Do resumo da estimativa da receita total do município, por categoria econômica e segundo a origem dos recursos;
- II. Do resumo da estimativa da receita total do Município, por rubrica e categoria econômica e segundo a origem dos recursos;
- III. Da fixação da despesa do Município por função e segundo a origem dos recursos;

Administração 2009-2012

- IV. Da fixação da despesa do Município por poderes e órgãos e segundo a origem dos recursos;
- V. Da receita arrecadada nos exercícios de 2007 a 2009, orçada para o exercício de 2010 e estimada para 2011, 2012 e 2013;
- VI. Da despesa realizada no exercício de 2007 a 2009, orçada para o exercício de 2010 e fixada para o exercício de 2011, 2012 e 2013;
- VII. Da estimativa da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;
- VIII. Do resumo geral da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica, segundo a origem dos recursos;
- IX. Das despesas e receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de forma agregada e sintética, evidenciando o déficit ou superávit corrente e total de cada um dos orçamentos;
- X. Da distribuição da receita e da despesa por função de governo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente;
- XI. Da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal n.º 9.394/96, por órgão, detalhando fontes e valores por programas de trabalho e grupos de despesa;
- XII. De aplicação dos recursos referentes ao - FUNDEB, na forma da legislação que dispõe sobre o assunto;
- XIII. Do quadro geral da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por rubrica e segundo a origem dos recursos;
- XIV. Da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação.
- XV. Da aplicação dos recursos de que trata o Inciso I, art. 29A da Constituição Federal;
- XVI. Da receita corrente líquida com base no art.1º, parágrafo 1º, inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000;
- XVII. Da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29;

Art. 7º - Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 (e suas alterações), a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, expressa por categoria de programação, indicando-se, para cada uma, no seu menor nível de detalhamento:

- I. O orçamento a que pertence;
- II. O grupo de despesa a que se refere, obedecendo a seguinte classificação:
 - a) DESPESAS CORRENTES:



Pessoal e Encargos Sociais;
Juros e Encargos da Dívida;
Outras Despesas Correntes.

b) **DESPESAS DE CAPITAL:**

Investimentos;
Inversões Financeiras;
Amortização e Refinanciamento da Dívida;
Outras despesas de Capital.

CAPITULO IV DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 8º - O projeto de lei orçamentária do Município de São José do Divino, relativo ao exercício de 2011, deverá assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento:

- I. O princípio de controle social implica em assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e implantar mecanismos para o acompanhamento do orçamento;
- II. O princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas a execução do orçamento.

Art. 9º - Será assegurada aos cidadãos através de lei específica participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimento de interesse local, mediante regular processo de consulta.

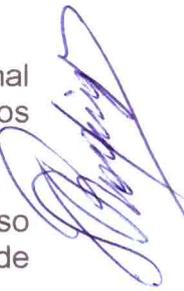
Art. 10 - A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária, serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

Art. 11 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

Art. 12 - Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º e no inciso II do § 1º do artigo 31, todos da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º - Excluem do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 2º - No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:



- I. Com pessoal e encargos patronais;
- II. Com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 101/2001.

§ 3º - Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Art. 13 - A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedido de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei n.º 4.320/64.

Art. 14 - Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art. 15 - Observadas as prioridades a que se refere o artigo 3º desta lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta, das autarquias, dos fundos especiais, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, quando legalmente instituídas no Município se:

- I. Houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;
- II. Estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;
- III. Estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio;
- IV. Os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

Art. 16 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, inclusive das receitas próprias das entidades mencionadas no art. 15, para clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde ou educação ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos emitida no exercício de 2011, comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria e certidões que comprovem sua regularidade no âmbito municipal, estadual e federal.



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO DIVINO

Administração 2009-2012

§ 2º - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3º - Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda de:

- I. Publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;
- II. Identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 4º - A concessão de benefício de que trata o caput deste artigo deverá estar definida em lei específica.

§ 5º - Pelo seu poder de propulsão o Município poderá assinar convênio de cooperação ou para o repasse de subvenção desde que a mesma atenda ao interesse da coletividade, promova o atendimento direto ao público observado a regulamentação em lei, assinatura de contrato, e o devido processo licitatório, quando necessário.

Art. 17 - A inclusão, na lei orçamentária anual, de transferências de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único - O Poder Executivo do Município de São José do Divino, com o objetivo de adequar-se ao Art. 167, inciso IV da Constituição Federal, promoverá antes da execução da Lei Orçamentária do exercício de 2011 revisões das Leis que autorizem transferências de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação.

Art. 18 - As receitas próprias das entidades mencionadas no art. 15, quando legalmente instituídas no Município, serão programadas para atender preferencialmente, os gastos com pessoal e encargos sociais, juros, encargos e amortizações da dívida, contrapartida de financiamentos e outras despesas de manutenção.

Art. 19 - A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

Art. 20 - A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor de 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2011, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo único - Caso não seja necessária a utilização da reserva de contingência para a sua finalidade, no todo ou em parte, o saldo remanescente a partir de 1º de dezembro de 2011, poderá ser utilizado para cobertura de créditos adicionais.



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO DIVINO

Administração 2009-2012

Art. 21 – Obedecendo ao disposto no art. 52 da LC 101/00, o Poder Legislativo, encaminhará sua execução orçamentária para consolidação geral do Município.

§ 1º - O descumprimento de tal dispositivo provocará distorções nas informações publicadas, aplicação de multas ao ordenador de despesas pelo TCE-MG, sendo o Poder Executivo compelido a tomar medidas coercitivas contra o Poder Legislativo.

§ 2º - A Câmara Municipal devolverá à tesouraria da Prefeitura o saldo existente em caixa no final do exercício financeiro deduzido compromissados, sob pena de dedução do repasse financeiro do exercício imediatamente seguinte, do respectivo valor que permanecer em seu poder.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 22 - A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

Art. 23 - O Projeto de Lei Orçamentária poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III da Constituição Federal.

Art. 24 - A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 25 - No exercício financeiro de 2011, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 26 - Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a adoção das medidas de que tratam os parágrafos 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal preservará servidores das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 27 - Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a contratação de hora extra, fica restrita a necessidades emergenciais das áreas de saúde e da educação.

Art. 28 - Desde que atendidas às disposições nos artigos. 18, 19 e 20 da LC 101/00, a Lei Orçamentária consignará recursos necessário para atender às despesas decorrentes da implantação e/ou alteração dos Estatutos e dos Planos de Carreira do Servidor Público Municipal, inclusive do Magistério, promover revisão dos vencimentos e subsídios, e/ou

reajuste para valorização profissional, obedecida à disposição do inciso X do art. 37 da Constituição Federal.

§ 1º - Fica o Município autorizado a realizar processo seletivo para o recrutamento de pessoal, ainda que por tempo determinado, conforme dispôr o edital e tudo na conformidade das disposições do art. 37 da Constituição Federal.

§ 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder vantagens, compreendendo em abono e rateio de recursos remanescentes em conta corrente, aos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, objetivando o cumprimento do percentual mínimo de 60%, nos termos dos arts. 21 e 22 da Lei Federal n. 11.494/07, observando-se os limites de despesas com pessoal fixados pela Lei Complementar n. 101/2000.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO CORRESPONDENTE.

Art. 29 - A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2011 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e conseqüente aumento das receitas próprias.

Art. 30 - A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

- I. Atualização da planta genérica de valores do município;
- II. Revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
- III. Revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- IV. Revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.
- V. Revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Inter-vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- VI. Revisão das taxas, pela utilização efetiva ou potencial dos serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição, inclusive da legislação pertinente;
- VII. Revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

§ 1º - Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo poderá encaminhar projeto de lei de incentivos ou benefícios de

natureza tributária, cuja renúncia de receita deverá ser calculada e apresentada anexa ao projeto, nos termos da LC 101/00.

§ 2º - A parcela de receita orçamentária prevista no caput deste artigo, que decorrer de propostas de alterações na legislação tributária, ainda em tramitação, quando do envio do projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara de Vereadores poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

CAPITULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31 - É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 32 - Fica o Poder Executivo autorizado a promover alterações e adequações de sua estrutura organizacional administrativa, com o objetivo de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia ao poder público municipal, podendo ainda realizar estudos visando definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo único - A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade Orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

Art. 33 - Para os efeitos do art.16 da Lei Complementar nº 101/2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei 8.666/1993, obedecendo a classificação do objeto de despesa.

Art. 34 - Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá, através de decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 35 - O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Parágrafo único - Se o projeto de lei orçamentário anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2011, fica o Executivo Municipal autorizado a executá-lo até o limite mensal de 1/12 (um doze avos) de cada programa constante da lei em sua forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 36 - As emendas ao projeto de lei orçamentária obedecerão ao disposto no art. 166, § 3º, da Constituição Federal, que estabelecem as diretrizes para a sua elaboração.

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO DIVINO

Administração 2009-2012

Art. 37 - O Poder Executivo disponibilizará ao Poder Legislativo até 15 de junho de 2010 estimativa da receita objetivando subsidiá-lo no cálculo da sua proposta orçamentária, que será encaminhada até 30 de Julho de 2010, para fins de consolidação do projeto de lei do orçamento, observadas as disposições desta Lei.

Art. 38 - Caso a proposta orçamentária do Legislativo não seja remetido ao Executivo até a data prevista no art. 37, a Lei Orçamentária do exercício de 2011 deste Poder será elaborada conforme previsto no orçamento do exercício de 2010.

Art. 39 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de São José do Divino - MG, 28 de Abril de 2010.



Geraldo Guedes Rodrigues
Prefeito Municipal
Geraldo Guedes Rodrigues
Prefeito Municipal
CPF: 207.931.036-49



Sancionado em
28 / 04 / 2010
Geraldo Guedes Rodrigues
Prefeito Municipal